

# REVISTA CEJ

a. 24

n. 80

jul./dez. 2020

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 7** ARBITRAGEM E PRECEDENTES: possível vinculação do árbitro e mecanismos de controle  
*Arbitration and precedents: possible binding effect to the arbitrator and control mechanisms*  
Luis Felipe Salomão  
Rodrigo Fux

- 21** ATO PROCESSUALIZADO E AÇÃO ANULATÓRIA  
(art. 966, §4º, CPC)  
*Procedural Act and Invalidation Claim*  
(art. 966, 4º, PCC)  
Cássio Benvenutti de Castro

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 35** JUIZ DAS GARANTIAS: dissonância cognitiva e imparcialidade objetiva. Uma apreciação sobre os fundamentos para a reestruturação do processo penal brasileiro  
*Judge of Guarantees: cognitive dissonance and objective impartiality. An appreciation on the reasons for the restructuring of the Brazilian criminal process*  
Frederico Valdez Pereira

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 53** DEVOLUÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO EM VIRTUDE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA POSTERIORMENTE REVOGADA: análise jurídica e econômica e a superveniência da Lei 13.846/2019  
*Return of the social security benefit received due to the anticipation of a tutelage subsequently repealed: legal and economic analysis and the advent of act 13,846/2019*  
Roberto Luis Luchi Demo

## DIREITO ECONÔMICO

- 62** COVID-19: por que não se investiu antes em vacina?  
*Covid-19: why no investment was made in vaccine before?*  
Caroline Somesom Tauk

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 67** PRIMEIRA JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO CJF: Relatos da Comissão sobre Regime Jurídico Administrativo  
*First Administrative Law Journey of the Federal Justice Council: Administrative Legal Regime Committee Report.*  
Juliana Bonacorsi De Palma  
Fabrício De Macedo Motta

- 78** RELATO DE EXPERIÊNCIA NA COMISSÃO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRIMEIRA JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO CJF  
*Experience report in the Public Administration Control Committee of the First Administrative Law Journey of the Federal Justice Council*  
Irene Patrícia Nohara

- 83** PRESUNÇÃO DE SINGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INAPLICABILIDADE DO DANO *IN RE IPSA* NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  
*Presumption of singularity in hiring lawyers by the public administration and inapplicability of damage in re ipsa in administrative improbity actions*  
Luciano Ferraz

<p>DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>DIREITO ELEITORAL</p> <p>INDICAÇÕES LITERÁRIAS</p>	<p><b>92</b> AÇÕES POPULARES EM DIREITO ADMINISTRATIVO  <i>Popular actions in Administrative Law</i>  Victor Travancas</p> <p><b>99</b> AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF: entre inovação e tradição  <i>Public hearings in the Brazilian Constitutional Court: between innovation and tradition</i>  Erika Alcantara Pinto</p> <p><b>106</b> A DETERIORAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: os efeitos do <i>microtargeting</i> sobre o direito à participação política  <i>The deterioration of representative democracy: the effects of microtargeting on the right to political participation</i>  Carolina Djovana da Silveira Freire</p> <p><b>114</b> ALTOS ESTUDOS SOBRE A PROVA NO PROCESSO PENAL  Por Antonio Magalhães Gomes Filho</p> <p><b>116</b> RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS  Por Mauro Campbell Marques</p>
---	---